

MOÇÃO DE PREOCUPAÇÃO

O Conselho de *Campus* Cerro Largo da Universidade Federal da Fronteira Sul manifesta **sua preocupação** com a proposta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de conceder a gestão de 98 escolas estaduais à iniciativa privada, por meio do projeto de Parceria Público-Privada (PPP) da infraestrutura escolar.

A iniciativa envolve a celebração de contratos de longa duração (25 anos) e a alocação de significativos recursos públicos (aproximadamente R\$ 4,5 bilhões) a empresas e fundos de investimento para a administração de serviços atualmente prestados pelo Estado.

Considerando que a educação pública é um direito fundamental previsto na Constituição Federal e um dos principais instrumentos de promoção da equidade social e do desenvolvimento regional, este Conselho entende que qualquer alteração relevante no modelo de gestão das escolas estaduais deve ser precedida de amplo e qualificado debate com a sociedade.

Destacam-se como pontos de atenção:

- A necessidade de assegurar que a mudança na gestão não comprometa o caráter público, democrático e inclusivo da educação;
- A longa duração (25 anos) dos contratos;
- A importância de garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos e a efetiva melhoria da qualidade do ensino;
- A relevância de realizar ampla consulta prévia à comunidade escolar – professores, técnicos administrativos, estudantes, famílias e entidades representativas;
- A prioridade de investimentos diretos em infraestrutura, valorização dos profissionais da educação e fortalecimento das políticas pedagógicas.

O Conselho de Campus reafirma seu compromisso com a defesa de uma **educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade**, essencial para o futuro do Rio Grande do Sul.

Cerro Largo - RS, 06 de julho de 2026.

BRUNO MÜNCHEN WENZEL

Presidente do Conselho de *Campus* - Cerro Largo

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Diante do exposto, requer-se o encaminhamento desta Moção ao:

- Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
- Secretaria Estadual da Educação;
- Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;
- CPERS - Sindicato (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul);
- Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul.